

AUTORIZAÇÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE (Art. 3º,
§ 1º, da Portaria 1ª VIJ nº 14 de 02 de junho de 2026)

I — IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL

Nome completo: _____

Nacionalidade: _____ Estado civil: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Qualidade em que assina: () pai () mãe () tutor () guardião judicial

II — IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA OU DO ADOLESCENTE

Nome completo: _____

Data de nascimento: ___/___/___ Idade: ___ anos _____

CPF (se houver): _____

Documento de identificação: _____

III — IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA FORMALMENTE INDICADA

Nome completo: _____

Nacionalidade: _____ Estado civil: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ Vínculo com a família: _____

IV — IDENTIFICAÇÃO DO EVENTO

Denominação do evento: _____

Entidade organizadora: _____

Endereço do evento: _____

Data: ___/___/___ Horário previsto: das ___ às ___

V — DECLARAÇÕES E AUTORIZAÇÃO

Pelo presente instrumento, na qualidade de responsável legal acima identificado, AUTORIZO formalmente a pessoa indicada no item III a acompanhar a criança ou o adolescente identificado no item II durante o evento descrito no item IV.

Declaro estar ciente do conteúdo da Portaria 1ª VIJ nº 14 de 02 de junho de 2026 e assumo, em conjunto com a pessoa indicada, a responsabilidade pela integridade física, psíquica e moral da criança ou do adolescente durante o evento.

Declaro a veracidade das informações prestadas, sob as penas previstas em lei.

Local: _____ Data: ___/___/___

Assinatura do responsável legal

OBSERVAÇÕES:

1. A autorização só terá validade com assinatura do responsável legal acompanhada de cópia de seu documento oficial de identificação.
2. A autorização vale exclusivamente para o evento descrito no item IV e não poderá ser reaproveitada para outras festividades.
3. A pessoa formalmente indicada deverá portar este documento durante todo o evento e apresentá-lo, juntamente com seu documento oficial de identificação, no ato da entrada.
4. A indicação de pessoa para acompanhamento não transfere a responsabilidade legal dos pais, que permanecem solidariamente responsáveis pela criança ou adolescente.